

**PROPOSIÇÕES TEÓRICAS SOBRE A CATEGORIA TRABALHO E
SUA ABORDAGEM NA GEOGRAFIA¹**

**THEORETICAL PROPOSITIONS ON THE WORK CATEGORY
IN GEOGRAPHY**

**EXPOSICIONES TEÓRICAS SOBRE LA CATEGORÍA TRABAJO Y
SU ENFOQUE EN LA GEOGRAFÍA**

Cristiane Ferreira de Souza França²

crisfsgeo@yahoo.com.br

RESUMO: Busca-se, por um lado, demonstrar a pertinência da reflexão teórica da categoria trabalho contemporaneamente, não obstante se detectar desde os anos 1980, o nascimento da tese do fim da sociedade do trabalho e, por outro lado, intentamos destacar como o trabalho é abordado na Ciência Geográfica historicamente sobressaindo, ainda, os desafios desta reflexão ante a necessidade da adoção de instrumentos teórico-metodológicos que possibilite se apreender as nuances que caracterizam o trabalho hoje. Para tanto, realizou-se uma revisão bibliográfica que proporcionou se dialogar com autores clássicos, que demonstram o caráter ontológico do trabalho, escritores que atestaram o fim da centralidade do trabalho e ainda pesquisadores cujas argumentações foram na contramão da referida tese, reafirmando a pertinência dessa categoria nos marcos do período de acumulação flexível.

Palavras-chave: Trabalho. Geografia. Acumulação Flexível.

ABSTRACT: It seeks, on the one hand, to demonstrate the pertinence of the theoretical reflection of the work category contemporaneously, despite the fact that since the 1980s it has been the birth of the thesis of the end of the work society and, on the other hand, we have tried to highlight how work is Addressed in Geographical Science historically highlighting the challenges of this reflection before the need to adopt theoretical and methodological tools that make it possible to apprehend the nuances that characterize the work today. For that, a bibliographic review was carried out, which provided a dialogue with classical authors, who demonstrate the ontological character of the work, writers who testified to the end of the centrality of the work and also researchers whose arguments were against the aforementioned thesis, reaffirming the pertinence of this Within the framework of the flexible accumulation period.

Keywords: Work. Geography. Flexible Accumulation.

RESUMÉN: La búsqueda es, por una parte, para demostrar la importancia de la reflexión teórica de la clase obrera al mismo tiempo, independientemente de si la detección desde la década de 1980, el nacimiento de la final de la tesis de la sociedad de trabajo y, por otro lado, intentamos resaltar cómo el trabajo es abordado en la ciencia geográfica históricamente destacándose, aún así, las

¹ Essa reflexão foi proposta em nossa tese intitulada: “A cana-de-açúcar no Ceará: mobilidade e força de trabalho nos Municípios de Aquiraz e Pindoretama”, defendida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PropGeo, da Universidade Estadual do Ceará – UECE, tendo como orientadora a Professora doutora Zenilde Baima Amora.

² Doutora em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE).

cuestiones planteadas antes de la necesidad de adoptar herramientas teóricas y metodológicas que permiten captar los matices que caracterizan el trabajo de hoy. Por lo tanto, llevamos a cabo una revisión de la literatura que se rindió el diálogo con los autores clásicos, lo que demuestra el carácter ontológico de la mano de obra, los escritores que atestiguaron el final de la centralidad del trabajo y también investigadores cuyos argumentos estaban en contra de dicha tesis, reafirmando la importancia de esta categoría en el marco de periodo de acumulación flexible.

Palabras Clave: Trabajo. Geografía. Acumulación Flexible.

INTRODUÇÃO

Discutir trabalho na Geografia é exposto como duplo desafio - teórico e metodológico. Teórico porque, apesar da condição de ciência que objetiva compreender a relação sociedade-natureza, ela não o considerou historicamente, como uma das principais categorias para a compreensão do real. E metodológico, pois, não havendo a tradição dessa abordagem, como um dos conceitos principais, no âmbito das pesquisas sobre o espaço geográfico, há a necessidade de tecermos nossos caminhos, uma vez consciente de que não há como menosprezar essa categoria ontológica fundamental, apesar do alarde sobre o fim da sociedade do trabalho - que teve início nos países do capitalismo central ainda nos anos 1980. A Geografia avançou nos últimos anos, todavia, no que tange à reflexão sobre o mundo do trabalho, destacando-se as contribuições de geógrafos como Ruy Moreira e Thomaz Júnior que, inclusive coordena o Centro de Estudos de Geografia do Trabalho – CeGet na UNESP/Presidente Prudente, criado nos anos de 1990, e que conforma uma rede de pesquisa com pesquisadores de Goiás, Paraná e Paraíba.

Salientamos que a reflexão proposta exprime relevância perante a atual conjuntura brasileira, na qual vivenciamos um brutal ataque aos direitos trabalhistas no País, momento em que a contradição entre capital x trabalho fica mais aclarada, demonstrando que, para o capital e sua classe hegemônica, importa cada vez mais o trabalho flexibilizado, terceirizado, de onde possa extrair em menor tempo a mais-valia da qual não pode prescindir. Nesse sentido, compreendemos a importância de reconstituirmos as contraposições do debate sobre a centralidade da categoria trabalho, contemporaneamente, ressaltando ainda essa reflexão no seio da Ciência Geográfica.

Esse artigo compreende, além desta introdução, quatro seções. Na primeira, tecemos algumas considerações sobre o caráter ontológico da categoria trabalho, recorrendo a autores clássicos, como Engels (2004), Marx (2003; 2013) e Lucáks (2012; 2013). Em seguida, expomos a tese do fim da centralidade do trabalho, com suporte em Gorz (1980) e Offe (1985), para, na terceira seção, nos contrapormos a essa teoria e

reafirmarmos a centralidade dessa categoria, tendo por base pesquisadores como Antunes (2007; 2009), Teixeira e Frederico (2009), Chesnais (1996) e Harvey (1992). Recobrada a relevância da categoria trabalho com amparo no diálogo entre os referidos autores, buscamos na quarta seção demonstrar como, no âmbito da Geografia, a categoria trabalho é abordada. Nesse sentido, realizamos breve revisão teórica, apoiando-nos em Moreira (2007, 2008, 2008b) e Thomaz Júnior (2002; 2007; 2014). Por fim, lançamos nossas considerações finais.

O CARÁTER ONTOLÓGICO DA CATEGORIA TRABALHO

Como Lucáks (2013, p.45) nos ensina, foi de Engels o mérito de “ter colocado o trabalho no centro da humanização do homem”, ao acentuar que este é muito mais do que fonte de toda riqueza, como apontavam os economistas políticos de cariz clássico. De fato, como asseverou o próprio Engels, o trabalho “[...] é a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem”. (ENGELS, 2004 [1876], p. 13).

Engels referia-se ao fato de que a constituição do homem, como tal ocorreu desde sua relação com a natureza, enfatizando que a mão humana, por exemplo, não é apenas um órgão do trabalho, mas um produto deste, uma vez que, por meio do trabalho, foi aperfeiçoada para novas funções, tendo seus músculos, ligamentos e, posteriormente, seus ossos transformados ao longo do tempo, passando hereditariamente entre gerações com “renovadas habilidades”. Em suas palavras,

Certos macacos recorrem às mãos para construir ninhos nas árvores; e alguns, como o chimpanzé, chegam a construir telhados entre os ramos, para defender-se das inclemências do tempo. A mão lhes serve para empunhar um pedaço de pau, com o qual se defendem de seus inimigos, ou para os bombardear com frutos e pedras. Quando se encontram prisioneiros, realizam com as mãos várias operações que copiam dos homens. Mas aqui precisamente é que se percebe quanto é grande a distância que separa a mão primitiva dos macacos, inclusive os antropoides mais superiores, da mão do homem, aperfeiçoada pelo trabalho durante centenas de milhares de anos. O número e a disposição geral dos ossos e músculos são os mesmos no macaco e no homem, mas a mão do selvagem mais primitivo é capaz de executar centenas de operações que não podem ser realizadas pela mão de nenhum macaco. Nenhuma mão simiesca jamais construiu um machado de pedra, por mais tosco que fosse. (ENGELS, 2004, [1876], pp. 14-15).

Engels (*op. cit.*, p.17) chama atenção para o fato de que o desenvolvimento da mão foi um dos pontos de partida para que o homem transformasse a si mesmo e a própria

natureza, já que, gradualmente, por meio do trabalho, ampliava seus conhecimentos à medida que dominava a natureza e ia descobrindo mais objetos e propriedades. Observou haver sido com o trabalho que as pessoas perceberam vantagens na ajuda mútua, o que contribuiu “[...] forçosamente para agrupar ainda mais os membros da sociedade”. E não demorou muito para que houvesse a necessidade da comunicação, o que foi possível com o gradual desenvolvimento da laringe, órgão que já fazia parte da anatomia dos macacos e que

[...] os homens em formação chegaram a um ponto em que tiveram necessidade de dizer algo uns aos outros. A necessidade criou o órgão: a laringe pouco desenvolvida do macaco foi-se transformando, lenta mais firmemente, mediante modulações mais perfeitas, enquanto os órgãos da boca aprendiam pouco a pouco um som articulado a pronunciar um som articulado após outro. A comparação com os animais mostra-nos que essa explicação da origem da linguagem a partir do trabalho e pelo trabalho é a única acertada. (...) Primeiro o trabalho e, depois dele e com ele, a palavra articulada foram os dois estímulos principais sob cuja influência o cérebro do macaco foi se transformando gradualmente em cérebro humano (ENGELS, 2004, [1876], p.17).

Com efeito, Engels demonstra a sua tese de que foi por meio do trabalho que o homem, histórica e gradativamente, transformou a natureza e a si mesmo, aperfeiçoando suas mãos, linguagem e cérebro, ganhando habilidades cada vez mais complexas ao ponto de, muito tempo depois, “[...] a cabeça que planejava o trabalho já era capaz de obrigar mãos alheias a realizar o trabalho projetado por ela”. (*op. cit.*, p. 22).

Marx considera também, e nesse mesmo sentido, que o processo de trabalho independe de qualquer modalidade social determinada, pois ele se expressa antes de qualquer coisa, como

[...] um processo entre o homem e a natureza, processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. (...) a fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para a sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (...) E não se está falando aqui das primeiras formas instintivas, animais e humanas do trabalho. (MARX, 2013, p. 255).

E se, por um lado, Marx acentua o caráter permanente do trabalho, independentemente de uma forma social determinada, de outra parte, demonstra o caráter histórico desse processo, pois, segundo Hobsbawm (2011, p. 16), “[...] a base objetiva do humanismo de Marx e simultaneamente, de sua teoria da evolução social e econômica é a

análise do homem como um animal social”, já que os homens realizam trabalho interagindo com a natureza, produzindo história. E, à medida que o homem se emancipa da natureza, no que concerne às condições naturais originais, ele se individualiza. Como o próprio Marx assinala, é “[...] na produção social de sua existência, que os homens estabelecem relações determinadas, necessárias independentes de sua vontade, e que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas”. (2003, p.5).

Para Lucáks (2012), Marx inaugurou na História da Filosofia as categorias econômicas que aparecem como de produção e reprodução da vida, o que tornou possível uma exposição ontológica do ser social sobre bases materialistas. É nesse esforço de compreensão da vida humana e de sua reprodução como questão central que o ser humano é visibilizado numa “[...] dupla determinação de uma inseparável base natural e de uma ininterrupta transformação social dessa base” onde o trabalho é a categoria central e “na qual todas as outras determinações já se apresentam *in nuce*”. (P. 285). Em suas palavras,

O ser social pressupõe, em seu conjunto e em cada um dos seus processos singulares, o ser da natureza inorgânica e da natureza orgânica. Não se pode considerar o ser social como independente do ser da natureza, como antítese que o exclui, o que é feito por grande parte da filosofia burguesa (...). De modo igualmente enérgico, a ontologia marxiana do ser social exclui a transposição simplista, materialista vulgar, das leis naturais para a sociedade. (Pp. 286-287).

Nesse sentido e, segundo o último autor citado, à medida que foi surgindo a práxis social, oriunda do ser natural, o ser social foi se desenvolvendo, pela capacidade do “pôr teleológico” do trabalho, argumentando que essa percepção só foi possível pela “indissolúvel unidade do materialismo na ontologia de Marx”. (LUCÁKS, 2012, p. 289). E acrescenta,

A existência do salto ontológico não é anulada pelo fato de esse processo, na realidade, ter sido bastante longo, com inúmeras formas de transição. Com o ato do pôr teleológico no trabalho está presente o ser social em si. O processo histórico de seu desdobramento, contudo, implica a importantíssima transformação desse ser-em-si num ser-para-si e, portanto, a superação tendencial das formas e dos conteúdos de ser meramente naturais em formas e conteúdos sociais cada vez mais puros, mais próprios. (Pp. 286-287).

Uma contribuição decisiva de Marx foi a distinção do duplo caráter do trabalho, qual seja, a diferença entre trabalho abstrato e trabalho concreto, pois, para ele,

[...] todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força humana de trabalho em sentido fisiológico, e graças a essa sua propriedade de trabalho humano igual ou abstrato ele gera o valor das mercadorias. Por outro lado, todo trabalho é dispêndio de força humana de trabalho numa forma específica, determinada à realização de um fim, e, nessa qualidade de trabalho concreto e útil, ele produz valores de uso. (2013, p. 124).

Esse é para Lucáks (2012) o aspecto inovador da teoria marxiana do valor, configurada em compreender a transformação no caráter do trabalho na relação entre o valor de uso e valor de troca, sem cair numa abstração idealista que obscurece a realidade social. Marx apreendeu o caráter social, histórico-concreto da categoria trabalho, conforme enfatiza Lucáks,

[...] o caráter médio do trabalho surge de modo espontâneo, objetivo, desde os graus mais primitivos de sua sociabilidade; que esse caráter não é mera representação ideal da constituição ontológica de seu objeto, mas significa o surgimento de uma nova categoria ontológica do próprio trabalho, no curso de sua crescente socialização, categoria que só bem mais tarde é teoricamente alçada à consciência. Também o trabalho socialmente necessário (e, desse modo, *ipso facto* abstrato) é uma realidade, um momento da ontologia do ser social, uma abstração real de objetos reais, que se dá de modo inteiramente independente da circunstância de que seja ou não realizada também pela consciência. No século XIX, milhões de artesãos autônomos experimentaram os efeitos dessa abstração do trabalho socialmente necessário com sua própria ruína, isto é, quando experimentaram na prática as suas consequências concretas, sem terem a mínima ideia de encontrar-se diante de uma abstração realizada pelo processo social [...] (P. 315).

Como destacado, o trabalho teve seu caráter alterado com o surgimento do modo de produção capitalista que, ao criar mecanismos de expropriação do homem de seus instrumentos e meios de trabalho, o obrigou a vender a única mercadoria de que ainda dispunha - sua força de trabalho. Operou-se, pois, uma subordinação estrutural do trabalho ao capital. Desde então, na ânsia de sua expansão reprodutiva, o capital impinge, historicamente, diversas transformações nas relações de trabalho, como aquelas que ocorreram nos anos de 1980, o que levou alguns intelectuais a declararem o fim da sociedade do trabalho. Na seção a seguir, faremos uma breve explanação sobre a referida tese.

ANDRÉ GORZ, CLAUD OFFE E A TESE DO FIM DA CENTRALIDADE DO TRABALHO.

De antemão, salientamos que, embora não haja da nossa parte uma concordância com o fim do trabalho preconizado por Gorz e Offe, entendemos, do mesmo modo como compreende Antunes, que suas análises registram de fato mudanças no “mundo do trabalho” nos países do capitalismo central (2007), com empregos cada vez mais instáveis e flexibilizados, o que de certo modo, também influenciou na subjetividade do trabalhador. Consideramos contudo, que esta realidade esteve vinculada ao caráter histórico do capitalismo e sua necessidade cada vez maior de auferir lucros às custas da exploração cada vez maior da força de trabalho.

Um dos representantes da linha de pensamento que atestou o fim da centralidade do trabalho foi Gorz, com amparo na sua famosa obra de 1980, *Adeus ao Proletariado*. Nela ele enfatiza o decréscimo significativo do número de trabalhadores da indústria nos países do capitalismo central, o que o levou, por conseguinte, a desenvolver seus argumentos. André Gorz (1980), como acentua Antunes, foi um dos pioneiros da tese do fim da centralidade do trabalho na sociedade contemporânea. Na sua reflexão,

[...] o sociólogo francês *vaticinou o fim do proletariado*, com todas as consequências teóricas e políticas decorrentes dessa formulação. O livro teve repercussão incomum, não só no universo (acadêmico e político) dos países centrais, que vivenciavam mais intensamente as tendências empíricas que Gorz procurava apreender, mas também em países de industrialização intermediária, como o Brasil, que presenciava então, no contrafluxo do cenário europeu, o vigoroso ressurgimento do seu movimento de trabalhadores. Ensaio instigante e abusivamente problemático, “Adeus ao Proletariado” tentava questionar, na raiz, a revolução do trabalho e desse modo ajudava a desnortear ainda mais a esquerda tradicional. (ANTUNES, 2007, p. 17).

Indo diretamente à obra de Gorz, verificamos que, em suas formulações iniciais, ele expõe seu pensamento sobre o trabalho como sendo este apenas uma atividade assalariada, ao considerar trabalho e emprego como termos equivalentes, não deixando clara a distinção entre trabalho concreto e abstrato. Desse modo, aponta o que avalia ser um novo sujeito histórico que denominou de “não-classe de proletários pós-industriais”, que emergiu com a “morte” do proletariado e com a crise do socialismo. Assim, para Gorz, a classe revolucionária, segundo Marx, sucumbiu e, com ele, a possibilidade da prática socialista. E é enfático ao afirmar:

A crise do socialismo é antes de mais nada, a crise do proletariado. Com o desaparecimento do proletariado profissional polivalente, sujeito possível de seu trabalho produtivo, e portanto, sujeito possível da transformação revolucionária das relações sociais, desapareceu a classe capaz de tomar sob sua responsabilidade o projeto socialista e de realizá-

lo nas coisas. A degenerescência da teoria e da prática socialista vem fundamentalmente disso. (GORZ, 1987, [1980], p. 85).

Para o referido autor, o trabalho operário não comporta mais o poder, tampouco o aspira; não é mais uma atividade própria do trabalhador e, conseqüentemente, com o desaparecimento da possibilidade de identificação com o trabalho, a tendência é o desaparecimento do sentimento de pertencer a uma classe.

Ao desaparecer, a classe trabalhadora dará lugar a uma não-classe de não-trabalhadores, numa sociedade onde as classes serão abolidas junto com o trabalho e com as modalidades de dominação. Em sua concepção, essa não-classe foi produzida pela crise do capitalismo e pela dissolução das relações sociais de produção capitalista, consequência do efeito produzido por técnicas produtivas novas. Assevera que a negatividade de que, segundo Marx, a classe operária seria portadora não desapareceu, mas que “deslocou-se, em um novo lugar; tomando uma nova forma e um conteúdo que negam, ao mesmo tempo e de maneira direta, a ideologia, a base material, as relações sociais e a organização jurídica (ou Estado) do capitalismo”. (GORZ, 1987, [1980], p. 87).

Para o autor, a não-classe é constituída por um conjunto de pessoas que fora do processo produtivo, ou, ainda, por subempregados em suas capacidades por conta da automatização e pela informatização; e englobando, ainda, os desempregados reais e virtuais, permanentes e temporários, totais e parciais, que, em sua concepção, constituem produtos da decomposição da já antiga sociedade do trabalho, estendendo-se “a quase todas as camadas da sociedade, e abrange muitos além, do *lupen* à classe dos operários estáveis, sindicalizados, protegidos por um contrato de trabalho e por uma convenção coletiva”. (GORZ, 1987, [1980], pp. 87-88). Sendo assim, cada vez mais a classe operária tradicional se faz minoria privilegiada, e a maior parte da população constitui o que chamou de neoproletariado pós-industrial composto dos

[...] sem-estatuto e dos sem-classe que ocupam os empregos precários de ajudantes, de tarefeiros, de operários de ocasião, de substitutos, de empregados em meio expediente (empregos esses que, num futuro não muito distante, serão abolidos pela automatização) cuja qualificação, determinada por tecnologias de rápida evolução, muda continuamente e, de qualquer modo não tem relação com os conhecimentos e ofícios que podem ser aprendidos nas escolas e faculdades. O neoproletariado geralmente é superqualificado com relação ao emprego que encontra. Está condenado ao desemprego de suas capacidades enquanto espera pelo desemprego puro e simples. (...) o trabalho deixa de ser, para ele, uma atividade ou mesmo uma ocupação principal para se tornar um tempo morto à margem da vida, onde se está “ocupado” em ganhar algum dinheiro. (P. 89).

Gorz defende a ideia de que, diferentemente do proletariado refletido em Marx, o neoproletariado não se define mais por sua posição no interior do processo produtivo, uma vez que já não é possível distinguir onde começa e onde termina a classe dos operários produtivos. Além do mais, para ele, essa é uma questão que passa a nem mesmo merecer maior atenção, tendo em vista a crescente massa de pessoas que não possuem mais estabilidade empregatícia em sua vida e, em muitos casos, talvez não possam pôr em prática os conhecimentos adquiridos em sua formação profissional, porquanto

[...] passam de um “trabalho” a outro, aprendem ofícios que jamais exercem de forma regular, realizam estudos para os quais não há mercado nem utilidade prática possível, abandonam os estudos começados ou são reprovados no final do segundo ciclo “porque, isso não serve para nada”, depois trabalham como auxiliares dos correios e telégrafos no verão, como vendedores em dezembro, como operários não qualificados na primavera. (GORZ, 1987 [1980], pp. 89-90).

Claus Offe é outro autor cujo pensamento se alinha a essa matriz teórica do fim do trabalho. Em 1985, ele publicou um livro intitulado *Capitalismo Desorganizado*, no qual congrega alguns ensaios, dentre os quais um, em particular, denominado *Trabalho: a categoria sociológica chave?*, que, à semelhança de Gorz, desenvolve sua crítica à centralidade do trabalho e proclama seu fim. Tendo como foco de análise Grã-Bretanha, Itália e América do Norte, entende que suas considerações poderiam ser estendidas como prognóstico a outras partes do mundo. Offe, mesmo admitindo que não há possibilidade de uma sociedade existir sem o trabalho, já que é compelida por sua intermediação a entrar em metabolismo com a natureza para garantir sua sobrevivência, considera que [...] “o conceito de sociedade do trabalho poderia ser desprezado como uma trivialidade sociológica visto que se refere a uma eterna necessidade natural da vida social”. (P. 168). Já nesse ponto produz um grande equívoco, visto que “a possibilidade de uma sociedade sem trabalho é fruto de uma análise que opera a redução do trabalho concreto ao trabalho abstrato” (ORGANISTA, 2006, p. 31). Offe estabelece a sua argumentação do fim da sociedade do trabalho, com procedência em dois pontos, que considera fatos: a heterogeneização na esfera do trabalho, que decorre da variação de renda e qualificação, e a falta de estabilidade do emprego. Logo, ambos põem em xeque o significado da existência de uma classe trabalhadora possuidora de interesses compartilhados. Na ótica do autor isso teria levado a um esvaziamento do significado do trabalho, que passaria a representar apenas uma categoria estatística e descritiva, e argumenta:

[...] as situações de trabalho específicas são marcadas por uma ampla variação da renda, das qualificações, na estabilidade do emprego, na visibilidade e reconhecimento social, no stress, nas oportunidades de carreira, nas possibilidades de comunicação e autonomia. Sintomas de heterogeneidade (...) colocam em dúvida se o trabalho assalariado dependente enquanto tal pode ter um significado preciso e compartilhado pela população trabalhadora e seus interesses e atitudes sociais e políticas. Esses sintomas levantam a possibilidade de o trabalho em certo sentido, ter-se tornado “abstrato” de tal forma que pode ser considerado apenas uma categoria estatística, descritiva, e não uma categoria analítica para explicar as estruturas sociais, os conflitos e a ação. (OFFE, 1989, [1985], p. 176).

Na avaliação de Offe, ainda que a grande segmentação que caracteriza o mercado de trabalho contemporâneo, assim como as transformações econômicas, organizacionais e técnicas do trabalho torna sem importância o fato de se estar empregado ou não, ou seja, considera que esse não seria mais um ponto de partida e de identidade coletiva de fundo organizacional e político. Assim, as lutas não se dariam em torno da classe proletária, porque esta já não existiria como tal. É nítida a ideia de que essa consideração também o aproxima de Gorz, inclusive em suas implicações políticas, uma vez que põe na berlinda o papel histórico dos trabalhadores, tão discutido por Marx. E, ainda, ressalta a contínua diferenciação interna do conjunto dos trabalhadores assalariados; a erosão das bases culturais e políticas da identidade centrada no trabalho que teriam acentuado os dilemas das modalidades de trabalho assalariado, ao ponto de asseverar que “muitas atividades assalariadas nada mais têm em comum ao não ser o nome de ‘trabalho’”. (*op. cit.*, p. 177). Para Offe, as rupturas no trabalho assalariado são de tal modo expressivas que não podem ser teoricamente vulgarizadas e situa os anos 1970 como aqueles em que essas rupturas foram mais evidentes, identificando-as como elementos comuns aos estudos de Sociologia. Salienta que

a) foi feita a distinção entre mercados de trabalho primário, e secundário e internos e externos; b) ficou claro que cada vez mais a produção de bens e serviços ocorre fora da estrutura institucional do trabalho assalariado formal e contratual, ou seja, em áreas onde os trabalhadores não são “empregados”, mas membros de famílias e domicílios, membros de instituições compulsórias, como exércitos e presídios, ou de uma economia subterrânea semilegal ou criminalizada; c) particularmente, os sociólogos marxistas concentraram-se na divisão vertical da hierarquia dos trabalhadores assalariados e no crescimento das posições de classe “intermediárias” ou “heterogêneas” nas quais a dependência com relação ao salário coincide com alguma participação na autoridade formal; d) Os sociólogos do trabalho enfatizam as diferenças entre as formas de trabalho “produtivo” e os serviços. (OFFE, 1989, [1985], pp. 177-178).

Dentre os pontos de ruptura apontados, Offe destaca como o mais decisivo a expressão que ganha o setor de serviços, uma vez que este não permitiria critérios adequados ao controle do desempenho do trabalho, diferenciando-se do trabalho produtivo. Os serviços retratam, em sua concepção, um “corpo estranho separado, mas funcionalmente necessário limitado externamente pela racionalidade econômica”. Então, esse é o ponto argumentativo mais importante, e demonstrativo de que não é possível mais considerar um tipo de racionalidade que unifica a esfera do trabalho. E complementa: “[...] o trabalhador da ‘nova classe’ de serviços, desafia e questiona a sociedade do trabalho e seus critérios de racionalidade (realização) em nome de critérios de valor substantivos, qualitativos ‘humanos’”. (OFFE, 1989, [1985], p. 180).

Teixeira e Frederico (2009) rebatem esse argumento de Offe, demonstrando que, atualmente, diversas empresas do setor de serviços³, especialmente aquelas vinculadas à área de finanças, estão criando mecanismos de administração gerencial, nas quais “[...] o trabalho [...] é altamente padronizado, rotineiro e acima de tudo, uniformizado”. (P. 70). Ponderam que toda essa reorganização produtiva das empresas de serviços está fortemente vinculada às Tecnologias de Comunicação e Informação, que teriam “aposentado o cronômetro e o caderno de Frederick Taylor”. (P. 72), e acrescentam:

A racionalização e a metodização, antes aplicadas somente na indústria, podem, agora, ser estendidas para o setor de serviços e de comércio, mediante a utilização de bancos de dados e de sistemas de intercâmbio eletrônico. O uso desses dois instrumentos de informática permite às empresas de serviços e de comércio reduzirem a morosidade burocrática do processo de trabalho, graças a simplificação extraordinária do fluxo de papéis e a eliminação de vários procedimentos operacionais. A eficiência e a produtividade dos trabalhadores empregados nesses setores da economia são, agora, mensuradas e avaliadas da mesma forma como acontece na indústria. (TEIXEIRA e FREDERICO, 2009, p. 72).

Retornando às considerações conclusivas de Offe, convém destacar a ideia de que o trabalho assume, na sua concepção, importância relativa na vida das pessoas, que passam a usufruir de tempo livre e, logo, outras experiências se fazem centrais. Isto porque o trabalho já não é mais fonte de satisfação e o exército de reserva perdeu a eficácia perante o desemprego estrutural. E assim resume a sua argumentação:

³Como exemplo do setor de serviços, os autores citam o caso da IBM Credit Corporation, subsidiária controlada pela IBM, cuja principal atividade é financiar a compra e aluguel de produtos da IBM e de outras empresas. A IBM Credit Corporation, segundo eles, passou por uma reestruturação em seu processo de trabalho, melhorando sua produtividade (TEIXEIRA E FREDERICO, 2009).

[...] Essas descobertas e reflexões científico-sociais brevemente resumidas relativas à relevância subjetiva e ao potencial de organização de defesa do trabalho apontam para uma “crise da sociedade do trabalho” (...) O trabalho não só foi deslocado objetivamente de seu status de uma realidade de vida central e evidente por si própria; como consequência desse desenvolvimento objetivo, mas inteiramente contrário aos valores oficiais e aos padrões de legitimação dessa sociedade, o trabalho está perdendo também seu papel subjetivo de força estimulante central na atividade dos trabalhadores. (OFFE, 1989, [1985], p. 194).

Parece-nos que os críticos da sociedade do trabalho, no contexto dos países do capitalismo central, ao depararem o alto número de desempregados, assim como com as transformações no âmbito do trabalho, fincaram suas análises na aparência do processo. Desse modo, consideramos necessário retomar o debate, levando em conta as considerações de Antunes (2007), Teixeira e Frederico (2009), mas, também, de Harvey (1992). Esses autores reforçaram a centralidade do trabalho no contexto do capitalismo atual, destacando suas metamorfoses e suas implicações para a classe que dele vive, portanto, posições estas que vão na contramão de sua negação.

ANTUNES, TEIXEIRA E FREDERICO, CHESNAIS E HARVEY: A REAFIRMAÇÃO DA CENTRALIDADE DO TRABALHO.

Antunes esclarece que as ideias dos intelectuais defensores do fim da centralidade do trabalho “[...] são norteadas pela afirmação da perda de sentido da teoria do valor, ou propugnam a substituição do valor-trabalho pela ciência, ou ainda pela vigência de uma lógica societal intersubjetiva e interativa, informacional”. (2007, [1995], p.10). Contrariando essas teses, Antunes (2009, p. 11) defende o argumento de que, na verdade, “[...] há uma nova morfologia do trabalho que repõe os sentidos e significados essenciais desse conceito, mostrando que o trabalho é, no início do século XXI, uma questão (ainda) decisivamente vital”. Em sua óptica, essa nova morfologia do trabalho foi, e é, engendrada pelas respostas que o capitalismo busca dar às suas crises estruturais, sendo o neoliberalismo e a reestruturação produtiva, no período de acumulação flexível, suas maiores expressões, com profundas consequências no mundo laborativo. (ANTUNES, 2009).

Prosseguindo sobre as considerações dos autores que contestam o fim da sociedade do trabalho, destacamos a contribuição de Teixeira e Frederico (2009), que apontam a segunda metade do século XX, precisamente os anos 1960, como um período em que há uma “[...] nova fase de financeirização da economia”, quando surge “[...] uma nova forma

de produção de mercadorias, diferente da grande indústria e mais preparada para as novas exigências de valorização do valor”. (P. 40). Essa nova configuração de produzir mercadorias é indiferente à sua forma concreta, ou seja, já não importa se são a indústria, o comércio ou os serviços que colocam em prática o processo de valorização (TEIXEIRA e FREDERICO, 2009).

Os autores ora citados asseveram que, desde esse momento, as configurações do capital, caracterizadas por grandes empresas, operando com origem num setor econômico único, produzindo um tipo de mercadoria, petrificada “no universo da produção de mercadorias, explorando uma atividade ou sob a forma de capital-dinheiro, ou de capital produtivo ou de capital-mercadoria”, já não expressam o real (2009, pp. 40-41). Essas unidades, que em algum momento foram amalgamadas pela divisão do trabalho, perderam independência relativa, deixando de ser campos específicos de investimento de capitais particulares. Em seu lugar, apareceram as empresas multinacionais para as quais as fronteiras setoriais não existem. (TEIXEIRA e FREDERICO, 2009).

Essas empresas guardam como principal característica, entre outras coisas, a manutenção de um centro de decisões denominado *holding*, de onde parte uma teia de conexões, sobretudo, financeiras, congregando um variado conjunto de empresas, envolvidas em atividades multissetoriais, a fim de que seja possível se aproveitar as distintas oportunidades que o mercado mundial oferece com o objetivo de valorização de capital. Nesse sentido, a palavra de ordem é mobilidade, não só de capital, que pode ser investido ou ‘desinvestido’ a qualquer momento, mas também de força de trabalho, consequentemente. (TEIXEIRA e FREDERICO, 2009). Como sabemos, a mobilidade da força de trabalho é uma característica do trabalhador submetido ao capital e, por esta razão, ao modo de produção capitalista, como assevera Gaudemar (1977)⁴.

Ainda de acordo com Teixeira e Frederico (2009, pp. 42-43), a melhor maneira de definir essa nova forma de valorização do valor é com base na categoria “capital em geral”,

⁴Apoiando-se na análise de Karl Marx, dialogando com ele e com outros autores da Economia Política de conteúdo clássico, Gaudemar, em sua obra *Mobilidade do Trabalho e Acumulação de Capital* (1977), ressalta que a mobilidade do trabalho está subjugada à mobilidade do capital, diferente de outras abordagens sobre o assunto, nas quais a mobilidade da força de trabalho era vista de modo quase unânime como fluxo de ajustamento econômico. No magistério de Gaudemar, os diversos campos de mobilidade da força de trabalho se traduzem em: a) produção da força de trabalho - é o momento da aquisição da sua mobilidade, por parte do trabalhador anteriormente submetido a outros modos de produção; b) utilização da força de trabalho - é o instante da submissão da mobilidade do trabalhador às exigências do capital; c) circulação das forças de trabalho - oportunidade da submissão da mobilidade do trabalhador às exigências do mercado, aquele em que o trabalhador, à mercê do capital e das suas crises periódicas, se desloca de uma esfera de atividade para outra.

ou seja, não importando o jeito que ele assume – se capital-dinheiro, capital-produtivo ou capital comercial – a multinacional rompeu com os limites da divisão social do trabalho. Nesse contexto, pois, a valorização do valor não assume mais o formato petrificado. Destacam, ainda, que o termo “capital financeiro” não é o mais adequado porque pode abrir possibilidade para o entendimento de que esta é uma modalidade especulativa de capital que, ao se expandir impede a expansão do capital industrial junto com a expansão de riquezas e de postos de trabalho, o que é uma falsa ideia, já que o capital industrial passou a ser tão especulativo quanto o capital financeiro. Para os referidos estudiosos “o capital se tornou uno, sem formas empiricamente distinguíveis”. (P. 43). Sendo assim, a categoria “capital geral” dá conta das novas determinações do capitalismo contemporâneo. Além do mais, consideram, todavia, essa definição como mais adequada até do ponto de vista de suas implicações políticas, uma vez que, as teses do fim da centralidade do trabalho tiveram várias repercussões nas universidades, nos movimentos de esquerda, nos movimentos sociais etc., influenciando, inclusive, a subjetividade do trabalhador.

Discutindo as transformações ocorridas ainda na segunda metade do século XX, e tendo por foco as mudanças sociais, econômicas e culturais da época, Harvey (1992) considera que, desde 1973, o fordismo, juntamente com o keynesianismo, demonstraram incapacidade para controlar as contradições do modo de produção capitalista. Ele assevera que, à primeira vista, a rigidez característica do fordismo talvez tenha sido a causa principal destas dificuldades. Considera que os anos 1970 e 1980 foram décadas de reestruturação econômica e de reajuste social e político, o que conduziu a passagem para um novo regime de acumulação, a denominada *acumulação flexível*, cuja base é a flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Esse estudioso chama atenção para a nova configuração espacial nos padrões de desenvolvimento geográfico desigual capitalista que o regime de acumulação engendra em escala mundial, destacando também o papel das Tecnologias de Comunicação e Informação, forjaram o que denominou de “compressão espaço-tempo”, possibilitada pela telecomunicação⁵, de modo que a acumulação flexível favoreceu o

⁵ “[...] A teleinformática (ou telemática) surgiu da convergência entre os novos sistemas de telecomunicações por satélite e a cabo, as tecnologias de informatização e a microeletrônica. Ela abriu, às grandes empresas e aos bancos, uma maior possibilidade de controlar seus ativos em escala internacional e de reforçar o âmbito mundial de suas operações. As grandes empresas e instituições financeiras e bancárias dispõem de redes privadas de telecomunicações (...) a teleinformática permite ainda a extensão das relações de terceirização, entre empresas situadas a centenas de milhares de quilômetros uma das outras (...). Ela abre caminho para a fragmentação de processos de trabalho [...]”. (CHESNAIS, 1996, p. 28). Para Harvey (1997), esse processo favoreceu a compressão espaço-tempo.

[...] surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado ‘setor de serviços’ (...) envolve também um novo movimento (...) ‘compressão espaço-tempo’ (HARVEY, 1992, p. 140).

Desse modo, Harvey considera que as consequências desse processo foram: altos níveis de desemprego estrutural, rebaixamento dos graus salariais e retrocesso do poder sindical, além da implementação de regimes e contratos de trabalho flexíveis. Os detentores dos meios de produção passaram a satisfazer suas necessidades de força de trabalho onde melhor lhe conviessem, de preferência em *locus* no qual esta pudesse ser recrutada e dispensada sem maiores custos. No bojo disso tudo “[...] o capital industrial, mercantil e imobiliário se integram de tal modo às estruturas e operações financeiras que se torna cada vez mais difícil dizer onde começa os interesses comerciais e industriais e onde terminam os interesses financeiros”. (HARVEY, 1992, p. 154).

Chesnais (1996 [1994]) esmera-se sobre um processo que denomina de mundialização do capital, e o afirma como algo a mais do que apenas uma internacionalização tal como aconteceu nos anos de 1950. Refere-se a uma nova configuração do capitalismo mundial e dos mecanismos que comandam seu desempenho e regulação, de modo que a mundialização do capital, para o autor é uma fase do capitalismo iniciada nos anos 1980. E ainda ressalta que a acumulação passa a ser ditada pelo capital financeiro, advertindo para a noção de que é na esfera da produção onde se cria a riqueza. É a esfera financeira, entretanto, que comanda a sua repartição e o seu destino social. Essa ascensão do capital financeiro procedeu do surgimento de maneiras agressivas de busca de produtividade do capital, a começar pela produtividade do trabalho, e esse processo se faz pelo uso combinado de modalidades clássicas de apropriação de mais-valia, tanto absoluta quanto relativa (realizado sem preocupação do aumento brutal de desemprego ou pelas altas taxas de juro). (CHESNAIS, 1996 [1994]). Em suas palavras,

Todas as virtudes atribuídas ao “toyotismo” estão dirigidas a obter a máxima intensidade do trabalho e o máximo rendimento de uma mão-de-obra totalmente flexível, à qual se volta a contestar, cada vez mais, o direito de organização sindical. (P. 17).

Caracterizando a mundialização do capital, Chesnais revela seu duplo aspecto, ou seja, é a mais longa fase de acumulação capitalista desde 1914, e o seu caráter perverso e os

efeitos sobre as conquistas sociais e democráticas alcançadas historicamente, com retrocesso social em decorrência das práticas de “[...] políticas de liberalização, de privatização, e de desregulamentação que foram aplicadas desde o início da década de 1980, sob o impulso dos governos Thatcher e Reagan”. (1996 [1994], p. 34). Considera, ainda, que a ação combinada de fatores tecnológicos e organizacionais proporcionaram a internacionalização de grupos econômicos diversos com repercussões no setor industrial e que não poupou a classe trabalhadora, conforme destacado na sequência.

Beneficiando-se, simultaneamente, do novo quadro neoliberal e da programação por microcomputadores, os grupos puderam reorganizar as modalidades de sua internacionalização, e, também modificar profundamente suas relações com a classe operária, particularmente no setor industrial. O grande aumento de produção no setor de manufaturas e nas atividades de serviços concentradas (“industrializadas”), bem como a espetacular recuperação da rentabilidade do capital investido nesses setores, devem-se à ação combinada de fatores tecnológicos e organizacionais. (CHESNAIS, 1996 [1994], p. 35).

Esse autor constata o fato de que a desregulamentação e a flexibilização dos contratos de trabalho no mundo, acompanham os modelos estadunidense e inglês, e a automação baseada nos microcomputadores destruiu as relações contratuais tradicionais, assim como as estratégias que os trabalhadores estabeleceram historicamente, para resistir à exploração no local de trabalho (CHESNAIS, 1996 [1994]).

Retomando, mais uma vez, as interpretações de Antunes (2007 [1995]), destacamos o fato de ele defender a tese de que a sociedade do capital e sua lei do valor necessitam, cada vez menos, do trabalho estável e cada vez mais das diversificadas configurações de trabalho parcial e *part-time*, terceirizado, que são, em escala crescente, parte constitutiva do processo de produção capitalista. Considera no entanto, não significar afirmar que o capital possa prescindir do trabalho vivo no ato de criação do valor, pois estaria ocorrendo uma elevação na utilização e produtividade do trabalho, de modo a se intensificarem as maneiras de extração de mais-valia em menos tempo, reafirmando o vigor contemporâneo da teoria do valor.

Em síntese, Antunes (2007) considera o trabalho, em seu perfil contemporâneo, como expressão do trabalho social tornado mais complexo, socialmente combinado e ainda mais intensificado em seus ritmos e processos. E essa tônica, segundo o autor, já não é dada pelo cronômetro e a produção em série e de massas, mas pela “especialização flexível”, por novos padrões de busca de produtividade e por outras modalidades de adequação da produção à lógica do mercado.

Por fim, salientamos, com suporte em Rubin (1980), que a atividade de trabalho muda constantemente, às vezes mais rápido e outras lentamente, possuindo, historicamente, caráter distinto. Essas modificações se explicam, segundo ele, conforme dois tipos: o primeiro compreende as modificações nos meios de produção e métodos técnicos, mediante os quais o homem atua sobre a natureza, ou seja, modificando as forças produtivas da sociedade, e, derivativo deste, o segundo tipo, correspondendo às modificações ocorrentes em toda a estrutura das relações de produção.

Assim sendo, compreendemos que o trabalho é a categoria central para a apreensão do ser social, que não pode ser compreendido sem que se considere sua condição de ser orgânico e inorgânico no seio dos processos mais gerais do antagonismo entre as classes sociais que compõem a sociedade vigente.

Desse modo, reafirmamos a necessidade da reflexão geográfica sobre a categoria trabalho, haja vista a particularidade da Ciência Geográfica na perspectiva do entendimento da relação sociedade-natureza, uma vez que os homens se relacionam com a natureza e entre si, mediatizados pelo trabalho, e neste sentido, produzem espaço.

REFLEXÃO TEÓRICA SOBRE A CATEGORIA TRABALHO NA GEOGRAFIA

A categoria trabalho, durante muito tempo, ficou obscurecida nas reflexões geográficas. Os geógrafos clássicos, por exemplo, se incumbiram de compreender a relação sociedade-natureza, optando muito mais por destacar o papel da técnica em suas incursões teórico-metodológicas. Moreira (2008b, p.178) chega mesmo a considerar que “o fetiche da técnica talvez seja o principal traço da Geografia Clássica”, pois, segundo ele,

A técnica é o elo portador da ação geográfica (...) entendida como componente orgânica no conceito de gênero de vida, e como mediação da relação do homem com o meio no conceito de sociedade (...) é com ela e através dela que o homem modela a paisagem e transforma o meio em espaço socialmente organizado. Daí o tratamento quase etnográfico que ela recebe na maioria dos clássicos. (...) Paul Vidal de La Blache, faz um minucioso estudo de sua evolução histórica e uma detalhada descrição de seu perfil e desenho (...) Sorre por sua vez, procura ampliar-lhe as características. (...) Pouco se detêm na discriminação da relação da técnica na transformação do meio ou na descrição do espaço propriamente dito. Dessa tarefa vão se incumbir principalmente Brunhes, George e Tricart. (2008b, p. 151).

Nesse sentido, a técnica aparece como potencializadora do trabalho, chegando a obscurecer a relevância deste, e mesmo a do homem na organização espacial. Talvez a

referida dificuldade esteja relacionada ao modelo teórico estabelecido pela própria Geografia Clássica que, segundo Moreira (2008, [2006]) é proveniente da percepção imediata dos elementos da fórmula: N-H-E (Natureza-Homem-Economia). Desse modo, para o entendimento da questão aludida, faz-se necessário realizarmos uma pequena digressão epistemológica sobre a Ciência Geográfica.

Considerando a produção do conhecimento geográfico⁶, podemos inferir, baseando-nos em Moreira, a primeira fase, que abrange desde os gregos até meados do século XIX, quando esta área do conhecimento era vista como descrição da paisagem, na qual o “geógrafo”, em vez de explicar os fenômenos, apenas os classificava, limitando-se a coletar dados e relatar modos de vida de variados povos “[...] em seus respectivos ambientes e paisagens”. Com início no final do século XIX, veio a segunda fase, quando ela é definida como a Ciência que estuda a relação homem-meio, e, portanto, denominada Geografia da Civilização. Por fim, no terceiro período, é considerada como a Ciência que estuda a organização da sociedade pelo espaço, acepção que aufere os mais diversos contornos balizados por distintas filiações ideológicas (MOREIRA, 2007, p. 120).

Conforme já se fizemos referência, a Geografia moderna nasceu na segunda metade do século XVIII, tendo por base o iluminismo kantiano e o romantismo de Fichte, Schelling e Hegel. Com efeito, e, segundo Moreira, denota três fases paradigmáticas: baixa modernidade com paradigma holista, tendo por base o idealismo filosófico; a modernidade industrial, de paradigma fragmentário, baseada numa perspectiva positivista, e a fase denominada de hipermodernidade ou pós-modernidade, exprimindo, novamente, um paradigma holista, mas desta vez contando com uma plêiade de referências filosóficas (MOREIRA, 2008).

O citado geógrafo explica que a Geografia N-H-E é uma derivação da “Geografia da Civilização”, sendo esta uma tentativa de superar a fragmentação a que a Geografia chegara na virada dos séculos XIX para o XX, que se exibia como insuficiente, ante as necessidades do avanço mundial da economia da segunda fase da industrialização, para inventariar as modalidades de relação entre o homem nos variados pontos da Terra, conhecimento que então se exprimia como necessário e a que a Geografia e a Antropologia se propuseram.

⁶ Segundo Lencioni “O conhecimento geográfico não pode ser reduzido ao momento da institucionalização da Geografia. Esse momento ocorrido no século XIX significou a sistematização científica do conhecimento geográfico [...]. É importante não confundir Geografia com conhecimento geográfico, pois este último não se prende às formas acadêmicas instituídas no século XIX”. (2003, p. 22).

Os geógrafos clássicos, principalmente Vidal de La Blache e Friedrich Ratzel, deram o tom à Geografia da Civilização, pois lhes importava compreender a relação homem-meio em cada lugar da Terra, tendo em vista o conhecimento dos costumes e o modo de viver dos povos. Segundo Moreira, adotaram como discurso e método a vertente positivista representada pela estrutura N-H-E (Natureza-Homem-Economia). E explica:

[...] descreve-se a natureza, a população, e a economia, não necessariamente nesta ordem, independentemente do caráter histórico concreto de formação da sociedade. A linguagem é a dos mapas, quadros, tabelas e blocos diagramas, o padrão explicativo de leis é de cunho essencialmente estatístico-matemático a natureza é uma pletera de corpos governados pela lei da gravidade; o homem é um ente demográfico regido pela lei da população; e a economia é uma sucessão de trocas comandadas pela lei do lucro. (2007, p.10).

Moreira (2008) adverte para a noção de que falta nesse raciocínio o elo explicativo que vincule o homem à natureza e /ou ao espaço, ou seja, à sociedade, como um conjunto estruturado, já que nesse esquema o todo surge como entes individuais. “A análise aparece como evidência de uma relação matemática, o homem desaparece enquanto elo, é um presente-ausente, um ser que está mas não é, e esse é um dos maiores problemas desta concepção”. (P. 119). O que gera por consequência, segundo Moreira, um homem atópico, “[...] que não está nem na natureza nem na sociedade”. (2008, p. 118). O trabalho auferiu *status* conceitual em Reclus, Brunhes e George, constituindo-se como elemento operacional ocorrente, mesmo desigualmente como adverte Moreira, ao argumentar que

O trabalho é o próprio nome do metabolismo. Embora só dedutivamente assim apareça entre os clássicos. Elemento operacional desigualmente presente em cada um deles, é só em Reclus, Brunhes e George que ganha um status conceitual de mais clara evidência teórica. Em Reclus o trabalho é o elo que faz do homem o sujeito-objeto da história, a própria natureza e o espaço aparecendo como o caminho da sua constituição como ser e consciência (...). Em Brunhes é o elo subjetivo-psico-histórico que realiza a transfiguração da relação homem-meio, que identifica com a destruição, na relação homem-espaço, a qual ele identifica com a construção. (...) o motor da ação geográfica por excelência. Em George, o trabalho é o elo processual que transfigura o espaço no modo de existência do homem no mundo da superfície terrestre. Já Vidal substitui o trabalho pela ação dos hábitos e costumes (...). Em Sorre, um pouco à semelhança de Reclus, o trabalho se relaciona às classes do trabalho, o conflito capital-trabalho, e o processo de consumo que atenuam, quando não deslocam, o conflito (...). (2008b, pp. 177-178).

Moreira aponta que, mesmo em Pierre George, considerado o geógrafo pioneiro na reflexão sobre o trabalho, não há uma compreensão ampla dessa categoria. Trabalho e

espaço são elos que materializam a relação homem-meio, uma vez que, mesmo que tenha considerado em sua teoria o sentido metabólico que o trabalho tem em Marx, ainda assim, ele vê o trabalho como atividade de subsistência. Em outras palavras, significa uma compreensão mais socioeconômica do que ontológica. E, ainda, o trabalho é expresso mais como mediação da relação sociedade-natureza do que como hominização. Citando Marx, Moreira destaca a ideia de que “o trabalho é mediação, mas não é só isso, é processo, é o intercâmbio de forças que se passa entre o homem e o restante das formas da natureza, é processo e não coisa, o que nega o caráter de mediação dado a ele tanto por George como pelos outros clássicos”. (2008b, p. 178).

Como demarca Thomaz Júnior (2002),

[...] o trabalho na Geografia, invariavelmente, esteve (des) sintonizado da sociedade como parte do processo social movido pela fúria reprodutiva do capital ancorada na extração da mais-valia e da vinculação do trabalho abstrato ao empreendimento societário reinante, portanto, distante do pacto de classes que a burguesia orquestrou para consolidar seu projeto de dominação. Fora também da natureza, enquanto elemento distante do *corpus* natural e visto somente como atividade humana, já que o homem já estava fora da natureza. (...) alienado do processo social de produção e obliterado pelo estranhamento – diante das amarras sociais que lhe impedem viver a integridade da existência social – consolidaram-se/fragilizaram-se as compreensões que se referenciaram a entendê-lo como objetividade reificada ou um mero fator material de produção. (P. 41).

Desde os anos de 1970, com a terceira fase da Geografia moderna, há um movimento de renovação dessa disciplina - que se aproxima do método materialista histórico e dialético, incorporando a “reflexão sobre os limites da ordem teórico-metodológica que impedia a compreensão do trabalho em sua totalidade social”. (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p. 41).

Esse movimento trouxe uma nova dimensão ontológica e epistemológica à reflexão geográfica, e, consoante Moreira (2008b), a dimensão ontológica está relacionada ao tema da hominização do homem pelo próprio homem, mediante o processo de trabalho, o que define o espaço geográfico como “geograficidade”. A dimensão epistemológica está, assim, vinculada ao tema do estabelecimento da sociedade por meio da construção do espaço, ora enfatizando o metabolismo, ora a economia política do espaço com a hominização sempre ocorrente, porquanto

[...] na hominização o homem produz o próprio homem na relação metabólica, que é definida por Marx, como o processo de trabalho, com a natureza. Esse metabolismo - que na geografia chamamos de relação

homem-meio é uma relação interativa de intercambio que o homem trava dentro da natureza, mas fazendo-o de dentro da relação social com os outros homens (...). (MOREIRA, 2008, p. 45).

Nesse sentido, é lícito asseverar, com base em Moreira (2007), que a formação espacial deriva de um duplo conjunto de interações articuladas - a) o conjunto das interações homem-meio e b) o conjunto das interações homem-homem. Essas constituem duas faces de um mesmo processo. Mencionado autor explica que é por meio da produção de bens necessários à existência humana que se estabelecem as interações do homem com o meio. E, tal como Marx (1968), reconhece que o homem, ao interagir com a natureza, a transforma e modifica a si mesmo. Esse é o primeiro formato de interação. Continua explicando Moreira (*op. cit.*), no entanto, que esse processo transcende o trabalho individual, pela complexidade que recebe com o avanço das forças produtivas, implicando uma divisão do trabalho, em trabalho social, o que significa a intensificação das relações estabelecidas entre os homens para o ato de produzir. Em vista disso, surge, então, a segunda interação: a relação homem-homem. Essas duas interações estão na estrutura das formações espaciais que se sucedem espaçotemporalmente. O discurso dos geógrafos clássicos apenas atentou, intencionalmente ou não, para a primeira interação, favorecendo, ainda mais, uma dicotomização homem-meio (MOREIRA, 2007).

O geógrafo Antonio Thomaz Júnior, já aqui citado, é um dos autores contemporâneos que se debruça mais especificamente sobre a reflexão geográfica acerca do trabalho. Coordenando o Centro de Estudos de Geografia do Trabalho – CEGET, da Universidade Paulista Julio de Mesquita Filho, no *Campus* de Presidente Prudente, em São Paulo, em conjunto com seus orientandos, procura municiar a Geografia com uma perspectiva teórico-metodológica crítica, de modo a apreender o trabalho em suas transformações contemporâneas. Assim, entende que o trabalho pode ser considerado, desde a Geografia, tanto na relação metabólica sociedade-meio, quanto na dimensão da regulação sociedade-espço em suas distintas manifestações (assalariado, autônomo, informal, domiciliar, terceirizado etc.), cabendo ao geógrafo atentar para a dimensão ontológica do trabalho, ou seja, para a necessidade de que devemos apreender o conteúdo concreto, as condições reais do ser que trabalha. Em sua opinião, esse é um dos pontos que deve ocupar centralidade na análise geográfica sobre o trabalho. (THOMAZ JÚNIOR, 2014). Exemplifica a importância desse comportamento com apoio em reflexões sobre o trabalhador assalariado do agronegócio canavieiro paulista. Em seus estudos, verificou diversas diferenças de reivindicações entre trabalhadores, ou seja, um grupo requisitava

terra, outro requeria melhores salários, enquanto outros lutavam por condições dignas de trabalho; ou, ainda, quando identificou o fato de que, muitas vezes, os trabalhadores eram, ao mesmo tempo, assalariados urbanos, e camponeses, no meio rural. Assim, Thomaz Júnior chama atenção para o fato de que o trabalhador que desenvolve atividades laborais diferentes ao mesmo tempo, como, por exemplo, o trabalhador que é camponês, mas em alguns dias da semana está ocupado em serviços gerais, ou ainda na construção civil, na cidade, acaba ocupando “[...] universos distintos do ponto de vista das atividades metabólicas do capital e, [desenvolvendo também] subjetividades e identidades de classe igualmente distintas” (THOMAZ JÚNIOR, 2007, p.85).

Corroboramos as ideias do autor, quando considera que essa realidade impõe uma revisão do nosso arsenal teórico-metodológico, pois, se este trabalhador é identificado como trabalhador dos serviços no espaço urbano, e compõe os dados estatísticos do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE (considerando que esse trabalhador hipotético é formal e que entrará para as estatísticas governamentais), em contrapartida, no campo, na maior parte das vezes, esse trabalhador não será registrado como camponês, ou, mais ainda, parece claro que a coleta de dados sobre o trabalho não condiz com sua complexidade. Este é um fato demonstrativo de que os dados secundários devem ser considerados, mas que não podemos prescindir de indicadores mais concretos sobre o trabalhador e sua maneira de reprodução cotidiana. Aprender essa complexidade da classe trabalhadora é essencial, já que viabiliza “qualificar nossas preocupações políticas, científicas e intelectuais”. (THOMAZ JÚNIOR, 2007, p.86).

Thomaz Júnior chama atenção, também, para a crescente flexibilização e informalização dos trabalhadores brasileiros, processos que abarcam uma gama de especializações e, em seus conteúdos concretos, nos possibilitariam entender melhor “o movimento do trabalho e a plasticidade que territorializa situações e condições laborais e prático-ideológicas distintas”. (THOMAZ JÚNIOR, 2007, p. 84). Dando prosseguimento às suas reflexões, Thomaz Júnior considera que nunca se trabalhou tanto. Só que, hoje, essa intensificação está sendo acompanhada pela desregulamentação dos direitos trabalhistas, bem como de uma superexploração que não se limita às plantas fabris, nem a gênero ou a idade dos trabalhadores. Denomina de “plasticidade do trabalho” a esse conjunto variado de modos de realização laboral (THOMAZ JÚNIOR, 2007, p. 95).

Outro desafio teórico-metodológico que devemos enfrentar é quanto às fronteiras entre setores (agrícola, indústria, comércio e serviços) que se exprimem hoje muito tênues,

a exemplo daquelas estabelecidas entre: a atividade industrial e serviços; trabalho produtivo e improdutivo; trabalho formal e informal; emprego e desemprego; e entre produção e apropriação (MALAGUTI, 2000; TAVARES, 2004). Tal requer, então, da nossa parte, o aprofundamento necessário para que possamos compreender em sua concretude as metamorfoses do mundo do trabalho, distanciando-nos de ideologias que mais obscurecem do que esclarecem o movimento do real.

Thomaz Júnior adverte para a noção de que, se “[...] perdemos esses movimentos e conseqüentemente, o espaço de relações do trabalho, perderemos o conteúdo e os nexos espaciais do metabolismo social”. (2014, p. 6), e que, caso logremos captar os movimentos, que são situações concretas, então conseguiremos visibilizar o tecido social do trabalho. Para o referido geógrafo, essa necessidade sucede porque, ao inferirmos sobre a realidade, devemos considerar que estamos lidando com expressões do trabalho estranhado, que é continuamente rearranjado e voltado “[...] para atender às necessidades específicas concretas do capital (...) em sua reprodução ampliada”. (*op. cit.*, p.84). Como sabemos, a inserção total ou parcial dos lugares e das pessoas na acumulação do capital é espacotemporalmente diferenciada, o que enseja, por conseguinte, desdobramentos na relação capital-trabalho, fato vinculado, no dizer de Harvey (2004, p. 40), à própria “[...] geografia histórica global de acumulação capitalista”.

Como Harvey (2004) assevera, a acumulação do capital é profundamente uma questão geográfica, pois, feito sistema econômico-político, o capitalismo depende continuamente de movimentos de expansão geográfica, de processos de reorganização espacial e também do desenvolvimento geográfico desigual. A essa tripla determinação Harvey denominou de “ajuste espacial”, consequência das necessidades desse sistema de metabolismo societário ante suas crises estruturais. Em suas palavras,

Essa perpetua realização do que chamei alhures (...) de “ajuste espacial” das contradições internas do capitalismo (registrado de modo mais marcante como uma hiperacumulação do capital numa área específica), associada com uma inserção desigual dos diferentes territórios e das formações sociais no mercado mundial capitalista, criou uma geografia histórica global de acumulação do capital (...). (2004, p. 40).

A geografia histórica do capitalismo, para Harvey, pode ser considerada pelos imperativos da produção, mobilização e absorção de excedente de capital e de força de trabalho (HARVEY, 2001). Nesse sentido, consideramos que a configuração concreta dessa produção, mobilização e absorção de força de trabalho, propriamente dita, deva ser

considerada no âmbito da dinâmica de interações das mais diversas escalas espaçotemporais.

Como demonstrado, os desafios teórico-metodológicos no que tange à abordagem do trabalho na Ciência Geográfica são inúmeros, ainda mais se levarmos em consideração o fato de que a atividade laboral foi dotada de maior complexidade contemporaneamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho considerado como categoria ontológica assume a maior complexidade desde a segunda metade do século XX, o que esteve vinculado a diversas mudanças no seio da sociedade contemporânea, envolvendo transformações nas dimensões socioeconômica e cultural, o que esteve completamente atrelado às tentativas de superação das crises engendradas pelo próprio modo de acumulação capitalista em suas mais diversas contradições. Nesse sentido, tanto o neoliberalismo quanto a reestruturação produtiva, criados no contexto da acumulação flexível, engendram no mundo do trabalho diversas transformações, em que as palavras de ordem são flexibilidade e mobilidade, tanto de capital quando de força de trabalho. Essas mudanças no âmbito do trabalho reforçam a necessidade de as Ciências Sociais, de modo geral, e da Geografia, em particular, reavaliarem seus cabedais teórico-metodológicos, com vistas a melhor apreender a complexidade e o conteúdo, assim como as consequências dessas mudanças para o sujeito que trabalha e, conseqüentemente, para a sociedade, numa perspectiva mais ampla.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2007.
- _____. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço e Indústria.** São Paulo: Contexto, 2001.
- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.
- ENGELS, F. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, R. (org.) **A dialética do trabalho:** escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004. (Coletânea de textos de Marx e Engels).

GAUDEMAR, J. P. de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado: para além do socialismo**. Tradução de Ângela Ramalho Vianna e Sergio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Forense – Universitária, 1987.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Editora Loyola, 1992.

_____. **O novo imperialismo**. São Paulo: Editora Loyola, 2004.

HOBBSBAWM, Eric. Introdução. In: MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

LEFEBVRE, Henri. **A re-produção das relações de produção**. Tradução: Antônio Ribeiro e M. Amaral. Porto: Escorpião, 1973.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: EDUSP, 2003.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da Economia Política**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e Ser em Geografia: ensaios de História, Epistemologia e Ontologia do Espaço**. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. **Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica**. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **O pensamento geográfico brasileiro: as matrizes clássicas originárias**. Vol. I. São Paulo: Contexto, 2008b.

OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política**. Tradução: Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ORGANISTA. José Henrique Carvalho. **O debate sobre a centralidade do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

RUBIN, Isaak Illich. **A teoria marxista do valor**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

TEIXEIRA, Francisco e FREDERICO, Celso. **Marx no século XXI**. São Paulo: Cortez, 2009.

THOMÁS JÚNIOR, Antônio. Por uma Geografia do Trabalho. São Paulo, agosto de 2002.

Revista **Pegada** **Eletrônica**. Disponível em: <

<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewFile/786/809> >. Acesso em: 03 mar. 2015.

_____. Geografia e trabalho no século XXI: os limites para a compreensão da classe trabalhadora no Brasil. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v.1, n° 2, p.1-128, 2007.

_____. Capital, trabalho, território e sustentabilidade: a Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro. **Campo-território: revista de Geografia agrária**. Edição especial do XXI ENGA-2012, p. 1-15, jun., 2014.

Submetido em: 14 de março de 2017

Aceito em: 11 de abril de 2017